



V Convenção Nacional do CHEGA!

MOÇÃO TEMÁTICA

“A TRANSIÇÃO ENERGÉTICA E A GESTÃO DE CONFLITOS”

Delegados Subscritores

Luís Fernandes militante n.º 31457	Ricardo Regalla militante n.º 12
Rodrigo Taxa militante n.º 54	Sofia Diaz militante n.º 72
Pedro Pais militante n.º 568	Paulo Seco militante n.º 621
Sandra O. e Castro ... militante n.º 745	Jaime Mata militante n.º 778
Anabela Macedo militante n.º 1154	Cristiano Conduto ... militante n.º 1159
Susana Beja militante n.º 3111	Marta Trindade militante n.º 4324
Mário Teixeira militante n.º 5152	Filipe Gouveia militante n.º 5225
Vítor Mendes militante n.º 5455	Paulo Coelho militante n.º 6027
Jorge Pinto militante n.º 6162	Andreia Agostinho .. militante n.º 5787
Paula Pereira militante n.º 6307	Nuno Costa militante n.º 6568
Jorge Pereira militante n.º 7485	Matilde Andrade militante n.º 8073
Carlos Barbosa militante n.º 10052	Lúcia Loureiro militante n.º 10655
José Fernandes militante n.º 11131	André Almeida militante n.º 11688
Luís Venâncio militante n.º 15060	Sara G. Silva militante n.º 16081
Barreira Soares militante n.º 17522	Andreia Paiva militante n.º 26771
Olivéria Santos militante n.º 28035	Hugo Nunes militante n.º 28104
Eduardo J. Alves militante n.º 28714	João Costa militante n.º 28808
Carina Duarte militante n.º 29475	Jorge Cardoso militante n.º 29690
Bruno Veloso militante n.º 29807	Bruno Fernandes militante n.º 29842
Rui Cabral militante n.º 30128	Luís Colaço militante n.º 30156
Francisco Pereira militante n.º 30802	Cátia Augusto militante n.º 31421
Magna Costa militante n.º 31622	Ricardo Carreira militante n.º 41574
Sérgio P. Júnior militante n.º 42371	Maria J. Costa militante n.º 42777



PREÂMBULO

Transição energética. Uma expressão que marca a agenda do dia num contexto em que a preocupação com o meio ambiente leva a mudanças significativas na vida dos cidadãos e dos Estados.

Tornou-se prioritário no desenho de políticas públicas e na opinião pública o debate em torno da procura de soluções energéticas mais sustentáveis e eficientes. As questões fundamentais que se colocam são: de que forma? E com que custos? Que desafios estão intrinsecamente ligados à tentativa de transitar para novos modelos de produção e consumo de energia?

Que desafios se colocam à soberania nacional? Ainda há lugar à defesa da soberania energética nacional ou a lógica local foi vencida pelos grandes planos globais? Em que consistem esses planos globais e que lugar tem a ciência no processo de tomada de decisão?

De que forma os objetivos para que se alcance a neutralidade carbónica têm limitado a indústria? Que investimentos tecnológicos têm sido feitos para ultrapassar as limitações?

Estas e outras questões deveriam estar no centro de um debate que se torna cada vez mais limitado no seu âmbito e no seu pluralismo. Parte da responsabilidade será certamente de uma dita direita que se demitiu de pensar sobre os grandes desafios da nossa década e adotou uma postura meramente de reação às transformações sociais.

Alargar o escopo do debate é o desafio desta nova direita que se pugna pela defesa dos interesses nacionais e pela defesa da verdade em todos os setores, nomeadamente também no que concerne à energia e à conservação do meio ambiente. Porque a conservação da natureza e a valorização e gestão dos recursos sempre foi algo caro a um conservador e não podemos demitir-nos das nossas responsabilidades.

A esquerda e as instituições supranacionais não têm a palavra final nestas matérias. Cabe-nos a nós fazer um esforço por recentrar o debate no campo do que é objetivo, abandonando os dogmas e alarmismos.

Esta moção é por isso mais um passo num debate necessário em torno das soluções energéticas que ditarão modelos de consumo e produção das próximas décadas.

Rita Matias

Deputada e Membro da Comissão de Ambiente e Energia da Assembleia da República



1. A INTERAÇÃO ENTRE A TRANSIÇÃO ENERGÉTICA E A ECONOMIA

O mundo vive uma revolução energética, que promete um mundo sem queima de combustíveis fósseis, um ar mais respirável e até energia mais barata. Mas como está realmente a acontecer? De que forma a guerra na Ucrânia está a afetar esta transição? Como é que as energias renováveis podem ser um fator de competitividade? E será que Portugal está a aproveitar todos os seus recursos energéticos?

Se a transição energética deve ocorrer numa perspetiva necessária e positiva para descarbonizar a economia, através da substituição de energias fósseis por renováveis, deixando de queimar petróleo, gás e carvão, o que se verifica na realidade, é que o uso de gás e do carvão está a aumentar.

Certamente terão ficado perplexos, mas sim, o uso de carvão está a aumentar! Claro! O tema carvão não pode ser abordado a partir da visão europeia sobre a problemática energética e as emissões de gases com efeito de estufa.

Para abordarmos este tema, teremos de olhar para os países mais populosos do mundo, que têm por inerência o maior impacto ambiental.

E porquê? Porque a Índia está em transição energética, para o carvão, com uma emissão de 1 bilião de toneladas de gases com efeito de estufa por ano.

Enquanto, no caso da China, verifica-se um quantitativo de 4 biliões de toneladas de emissões de gases com efeito de estufa por ano.

Como último exemplo, veja-se o caso do Japão que depois do acidente de Fukushima incrementou a utilização de carvão e gás.

Em termos macros, a produção de carvão aumentou sete vezes no século passado. Nos últimos 120 anos, as despesas e investimentos anuais processados na economia global, com os combustíveis fósseis, os materiais de construção e metais, multiplicaram-se por 13, pelo que se conclui que a economia industrial não é circular, é entrópica.

No que concerne à pretensão de se atingir a neutralidade carbónica, trata-se de um objetivo comum, num mundo a várias velocidades. E isto traz dificuldades acrescidas, sobretudo quando existem economias fortemente dependentes da venda de carvão, gás natural e petróleo, assim



como outras cujo desenvolvimento e crescimento depende diretamente dum aumento exponencial do consumo destes combustíveis.

As economias e, por conseguinte, a atual civilização está suportada no consumo intensivo de energia, sendo atualmente indispensável a utilização de combustíveis fósseis. Na verdade, há mesmo países cujas economias dependem integralmente desse fator, resistentes que justifica a sua resistência à mudança.

Tenhamos a convicção de que fazer a transição para energias renováveis exige investimentos consideráveis por parte de todos os setores, já que falamos de uma transição global de funcionamento de uma sociedade, que só será exequível se houver um enquadramento de políticas públicas nacionais e internacionais adequadas, numa dupla perspetiva de benefício, económico e social.

Os diferentes stakeholders desta transição vão ter de passar de uma matriz energética e ambiental, baseada em combustíveis fósseis para uma baseada em renováveis e por outros vetores, como o nuclear e o hidrogénio.

2. A CRISE ENERGÉTICA NA EUROPA

O histórico e frágil equilíbrio entre a Rússia e o Ocidente, drasticamente deteriorado desde a anexação russa da península da Crimeia em 2014, foi novamente abalado com a invasão da Ucrânia pela Rússia. Este facto tem um impacto direto na segurança e independência energética da União Europeia, região que é importadora líquida de hidrocarbonetos.

Consequentemente, esta situação torna a UE numa área não só dependente do gás natural russo, mas também potencialmente vulnerável aos efeitos negativos que tal guerra tem no mercado internacional do gás.

De todo o gás natural consumido na UE em 2020, 44% foi fornecido pela Rússia e chegou aos países da UE. Dependendo do caso, o gás natural russo chega diretamente aos países da UE por meio de gasodutos que ligam a Rússia à Finlândia, aos países bálticos e à Alemanha, ou então, por territórios não pertencentes à UE até chegar aos mercados da União. Neste último caso, as duas principais rotas são a Bielorrússia (gasoduto Yamal para a Polónia) e a Ucrânia (gasodutos Brotherhood e Soyuz para a Hungria e Eslováquia respetivamente).



Assim, a rotura dos equilíbrios políticos na Europa exige uma análise cuidada de como a referida redefinição das relações entre a Rússia e o Ocidente afetará as partes e que impacto terá em três áreas geográficas críticas para a segurança energética da atual União Europeia: mar Báltico, mar Negro e no futuro a região do Ártico.

3. IMPACTO DA GUERRA NA UCRÂNIA SOBRE OS PREÇOS DA ENERGIA

O setor energético tem conhecido grandes mudanças nos últimos anos no Mundo e por conseguinte na Europa.

Tendo em conta a transformação que tem vindo a acontecer no que respeita aos setores elétrico e do gás natural, tendo-se passado para uma matriz regulatória, com um paralelo apoio à produção descentralizada a partir de fontes renováveis, configura-se uma transição energética potenciada pela produção de energia num contexto de autoconsumo e de criação de comunidades de energia, com implícita descarbonização do setor do gás e integração de diversas soluções energéticas.

Paralelamente, os combustíveis líquidos, tradicionalmente não sujeitos à regulação, continuarão a desempenhar um papel importante nas economias europeias nos próximos anos, sendo que a introdução de biocombustíveis têm contribuído para alguma descarbonização neste vetor energético.

Com a pandemia COVID-19 surgiram assinaláveis alterações no padrão de consumo originando reduções acentuadas da procura, com impactos significativos ao longo das cadeias de valor dos vários vetores energéticos, com descidas acentuadas dos preços da energia e conseqüentemente, com reduções em termos de investimentos.

Mais recentemente a recuperação da economia promovida pelo gradual fim dos confinamentos, promoveu um aumento no consumo de energia, o que gerou uma clivagem entre a oferta e a procura de energia, pressionando a subida dos preços de energia, revelando as dificuldades do lado da oferta para a satisfação do incremento da procura.

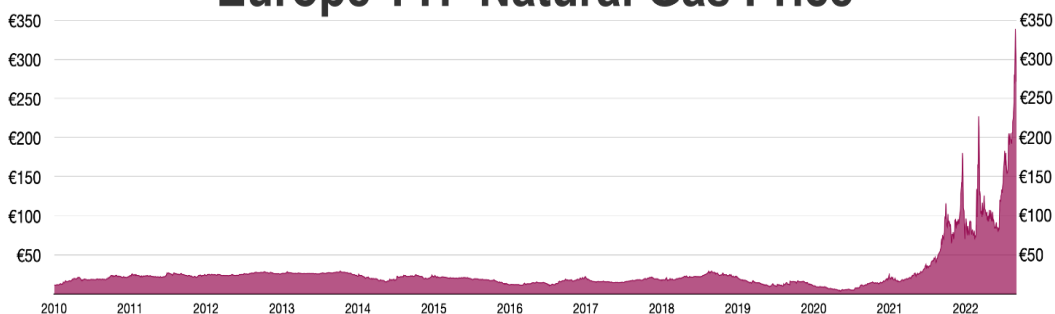
No final de 2021 equacionava-se que esta questão estaria normalizada até julho 2021, em que os preços praticados nos mercados estariam em níveis considerados normais, sendo disso prova os



aumentos generalizados dos preços da energia e, em particular da eletricidade, dos quais podemos tomar como exemplo, os preços do último ano no mercado diário da OMIE¹.

Com o surgimento da guerra na Ucrânia deu-se um grande impacto nos preços da energia elétrica e do gás natural. Esta escalada de preços mantém-se, aliás em função das regras de mercado vigentes, no mercado grossista de eletricidade, o aumento do preço do gás natural (*commodity* utilizada pelos ciclos combinados que produzem eletricidade) faz-se refletir no preço grossista da eletricidade, como se pode observar pela evolução dos preços do gás natural no mercado de referência europeu *Title Transfer Facility* (TTF).

Europe TTF Natural Gas Price



Em relação aos preços dos combustíveis líquidos, também surgiu um incremento considerável refletindo o aumento dos preços do brent, conforme se evidencia no seguinte gráfico:

Evolução dos Preços do Brent



¹ O OMIE é o operador de mercado elétrico (NEMO, de acordo com a terminologia europeia) para a gestão do mercado diário de eletricidade na Península Ibérica que participa no acoplamento dos mercados grossistas de eletricidade na União Europeia, em conjunto com todos os NEMO's designados em cada Estado membro da UE.

Através do Regulamento (UE) 2019/942 do Parlamento Europeu e do Conselho e Conselho de 5 de junho de 2019 que institui a Agência da União Europeia de Cooperação dos Reguladores da Energia que por consequência definiu um enquadramento regulatório para o setor elétrico europeu até 2030 baseado em mercados transfronteiriços de energia.



4. RESPOSTAS À CRISE ENERGÉTICA DA EUROPA

O aumento dos preços por parte dos operadores do setor da eletricidade e gás natural tem tido repercussões ao nível do mercado retalhista, o que resulta num aumento dos preços para os consumidores finais.

As preocupações sociais e de competitividade, no âmbito da transição energética e da recuperação económica, são temas prioritários por toda a Europa.

Além de se procurar acelerar a produção de mais eletricidade, tendo por base recursos energéticos endógenos, tem-se procurado minimizar os sucessivos aumentos dos preços por exemplo através da redução de impostos, como é o caso do IVA. Com a aprovação da Diretiva Europeia (UE) 2022/542 do Conselho de 5 de abril de 2022, que altera as Diretivas 2006/112/CE e (UE) 2020/285, qualquer Estado-membro da União Europeia, pode baixar o IVA do gás e da luz para a taxa mínima sem ter de pedir autorização ao Comité do IVA.

Entretanto, na reunião extraordinária de Ministros da Energia da União Europeia que decorreu em setembro de 2022, a União Europeia definiu medidas excecionais com vista a uma resposta coordenada de curto prazo ao nível da regulação dos mercados de energia e do gás, para mitigar os efeitos da escalada de preços no setor energético.

Em Portugal, o gás russo representou, em 2021, menos de 10% do total importado, tratando-se de um caso pontual de importação, que é assegurado através de contratos de longo prazo em regime de *take or pay* com a Nigéria, o que permitiu a Portugal ter preços de energia mais baixos do que os preços praticados nos mercados grossistas europeus. Ainda assim registou-se um acréscimo de 6,5% na tarifa transitória de venda a clientes finais, para os fornecimentos em baixa pressão com consumo anual inferior a 10.000 m³ (consumidores residenciais e pequenos negócios), para o ano gás 2021-22, em relação aos preços atuais.

Ao mesmo tempo, perspetivando a diminuição da dependência do gás natural russo, têm surgido novos gasodutos:

- Gasoduto que liga a Noruega à Dinamarca no Mar Báltico, que permite à Polónia afastar-se da dependência energética da Rússia, tendo uma capacidade anual de 10 mil milhões de metros cúbicos de gás;



- Gasoduto que liga a Grécia à Bulgária, que permite a distribuição de gás natural proveniente do Mar Cáspio aos países da Europa Oriental, tendo uma capacidade anual de 3 a 5 mil milhões de metros cúbicos de gás, sendo que se liga ao gasoduto Trans-Adriático, que liga Itália a países produtores da Ásia Central.

Contudo, é fulcral que a Comissão Europeia defina uma estratégia comum para o gás natural, motivada não só por razões económicas, mas sobretudo, por motivos geopolíticos, para que a Europa ganhe autonomia em relação ao gás natural proveniente da Rússia.

5. CORREDOR VERDE – “O EMBUSTE SOCIALISTA”

Em Portugal, de acordo com dados estimados pelo INE, a inflação atingiu 9,9% em novembro, revelando uma ligeira redução, face ao mês de outubro, em que foi de 10,1%, sendo a mais elevada desde maio de 1992, contudo os produtos energéticos terão uma taxa de variação homóloga de 24,8%, menos 2,8 pontos percentuais do que em novembro.

Esta inflação elevada tem efeitos perversos e graves, em que o incremento nos custos dos combustíveis se revela como um dos principais vetores que “mexe” com os orçamentos dos portugueses.

Para os portugueses, a dificuldade relativamente às despesas com combustíveis é cada vez maior, causando grandes dificuldades a mais de 73% da população, como identifica o estudo da KANTAR² para a CENTROMARCA (Associação Portuguesa de Empresas de Produtos de Marca), que analisou o comportamento do setor do grande consumo em Portugal em 2022.

Pelo exposto, considerando a espiral inflacionista que está a assolar a Europa e, por consequência, o nosso país, com uma flagrante subida do custo de vida, conclui-se que o Governo em vez de apresentar soluções imediatas e consistentes no que concerne ao controle e redução dos custos dos combustíveis, num contexto de mitigação dos efeitos da inflação nos orçamentos familiares, prefere dar prioridade à construção do gasoduto ibérico, com um custo estimado de 2,8 mil milhões de euros, o qual deverá ficar concluído em 2030, sendo que em paralelo e de acordo com a execução

² KANTAR – Empresa especialista mundial comportamento do consumidor, em que os seus serviços no respeitante ao market researchs são utilizados por mais de metade das empresas presentes no Top 500 da Fortune.



orçamental de outubro 2022, a receita acumulada em 2022, em sede de ISP foi de 2.442,3 milhões de euros.

A previsão para 2030 é de existir um “*grande corredor de hidrogénio na União Europeia*” [projeto H2MED, que considera uma ligação terrestre entre Celorico da Beira e Zamora, em Espanha (CelZa, com 248 quilómetros) e outra ligação submarina entre Barcelona e Marselha (BarMar, de 455 quilómetros)]. Este “corredor” irá supostamente transportar 10% do consumo de hidrogénio anual na União Europeia, e tem um custo estimado de 2,5 mil milhões de euros, pelo que deverá ser objeto de uma candidatura a fundos europeus. Contudo, a submissão deste projeto como “Projeto de Interesse Comum Europeu” poderá vir a garantir apenas 50% do financiamento do que à presente data se revela como necessário, tendo em conta diversas condicionantes técnicas e ambientais.

Havendo neste momento, segundo dados da ERSE, uma capacidade disponível, para fins comerciais, de gás natural de 200GW/dia, com uma disponibilidade de entrega em Espanha de 80GW/dia, está-se longe de poder abastecer convenientemente o mercado ibérico e, por consequência, o mercado europeu, pelo que é premente a clarificação sobre esta matéria.

Sendo que, perante estas afirmações, se questiona que projetos estão a ser elaborados, quais os custos estimados / definidos e quais os *timings* para que o Porto de Sines, citando a comissária europeia da energia, seja “*bom exemplo em que está planeado o transporte de hidrogénio para o resto da Europa, fazendo bom uso das infraestruturas portuárias existentes para o gás natural liquefeito*”.

6. SOLUÇÕES ALTERNATIVAS DE FORNECIMENTO DE ENERGIA, COM PRIORIDADE PARA A ENERGIA NUCLEAR

A variabilidade da produção hidroelétrica no sistema elétrico europeu, tendo em conta a crescente situação de seca que assola grande parte da Europa³, com o acréscimo da energia proveniente das eólicas e fotovoltaicas, leva a concluir que o sistema elétrico europeu tem como prioridade soluções

³ A seca na Europa durante o verão de 2022 foi a pior dos últimos 500 anos, segundo dados do programa europeu de observação da Terra Copernicus, gerido pela União Europeia e pela Agência Espacial Europeia (ESA), sendo que os danos mais graves à vegetação são claramente visíveis nas áreas do sudeste do Reino Unido, no norte da França e na Alemanha, Polónia e Europa Oriental.



hidroelétricas e renováveis intermitentes, que produzem ao ritmo da natureza e não as necessidades de consumo, ou seja, é pura ilusão!

Existe um problema prioritário a resolver, que é o de *backup* para quando não há vento, nem sol, assim como reduzidas afluências ao sistema hídrico, pelo que se tem que considerar a produção de energia térmica através das centrais a carvão ou gás natural e das centrais nucleares.

Contudo e tendo em conta o exemplo português, o Governo em 2018, com o objetivo de acabar com o carvão na produção de eletricidade, passou a fazer uma dupla taxação sobre essas centrais. Além dos custos de emissão de CO₂, passaram a pagar no Imposto sobre os Produtos Petrolíferos (ISP) uma taxa de carbono.

As centrais a carvão deixaram de ser competitivas em relação às centrais a gás natural e foi nesse contexto que a EDP⁴ desativou a Central de Sines, que era a mais limpa e eficiente central a carvão da Península Ibérica, sendo que o mesmo aconteceu em novembro de 2021 com a termoelétrica do Pego.

Perante estes encerramentos, a pretexto do combate às alterações climáticas, em que as referidas centrais seriam responsáveis por 15% de emissões de CO₂, não foram até à presente data definidas soluções de reconversão ou substituição, que contribuam para uma economia que se sustente em recursos endógenos renováveis, que garanta uma transição energética e pugne pelo desenvolvimento socioeconómico dos territórios onde estão inseridas.

Pelas razões apontadas, conclui-se que a decisão do Governo português foi precipitada, sendo que alguns países se recusaram a deixar de usar este combustível fóssil, pelo menos para já, como é o caso da Alemanha.

Noutros casos optou-se pelo não desmantelamento de centrais nucleares (caso da Bélgica) ou por projetar o renascimento desta indústria (caso da França). Aliás, a Comissão Europeia criou um novo plano em maio deste ano, o [REPowerEU](#)⁵, em que se referencia a marca "verde" para o gás e a energia nuclear.

⁴ A EDP - Energias de Portugal é a maior produtora, distribuidora e comercializadora de eletricidade de Portugal, estando presente num total de 14 países (espalhados por 4 continentes), fornecendo mais de 11 milhões de clientes de eletricidade e gás.

⁵ O REPowerEU é o plano da Comissão Europeia para tornar a Europa independente dos combustíveis fósseis russos muito antes de 2030, à luz da invasão da Ucrânia pela Rússia, em se definem medidas para reduzir com celeridade a dependência dos combustíveis



O plano foi apresentado pela Comissão Europeia para classificar investimentos em gás natural e energia nuclear como sustentáveis, sendo que os eurodeputados acabaram por dar luz verde ao proposto, considerando estes dois recursos como necessários na atual luta contra as alterações climáticas.

A energia nuclear aquando da sua produção não promove emissões de dióxido de carbono, poeiras ou outros resíduos para a atmosfera, gerando resíduos radioativos do combustível consumido sendo assegurada a gestão responsável e segura do combustível produzido e dos resíduos radioativos.

Portugal, como outros países europeus, continua a não ter autonomia energética, estando dependente do exterior, o que implica ser um dos países europeus que paga mais caro a energia elétrica, sendo que nas faturas da eletricidade dos portugueses está descrito de onde vem a energia consumida em Portugal, onde surge a nuclear, importada de Espanha e de França.

A produção de energia renovável abasteceu 59% do consumo de eletricidade em Portugal em 2021, sendo prioritário definir outra forma viável e complementar de produzir energia.

De todas as soluções, a única que conhecemos, é a nuclear, como atesta o modelo energético francês, que conta com 70% de eletricidade produzida em centrais nucleares.

A China é o maior poluidor mundial e está a consumir 45% da energia elétrica produzida no mundo, mais do que a Europa e os EUA juntos, sendo que a sua grande fonte é o carvão, o que origina graves problemas climáticos. Assim comprometeram-se a baixar as suas emissões, estando a decorrer a construção de 10 centrais nucleares e estando mais 20 em planeamento e projeto.

É a única maneira de produzir a energia de que precisam sem aumentar o consumo de carvão.

As novas tecnologias de produção e os reatores de última geração permitem obter mais rendimento energético a partir da mesma quantidade de combustível e produzem menos resíduos, pois são consumidos durante o funcionamento do reator para gerar mais energia, a que acresce o facto dos novos reatores serem construídos com sistemas de segurança mais sofisticados, derivado das lições aprendidas com os três únicos acidentes nucleares de relevo da História: Three Mile Island, nos Estados Unidos em 1979, Chernobyl na União Soviética em 1986 e Fukushima, no Japão, em 2011.

fósseis russos e avançar rapidamente com a transição ecológica, aumentando simultaneamente a resiliência do sistema energético à escala da EU.



De acordo com opiniões de especialistas e técnicos que integram a Comissão de Novas Tecnologias e Energias Convencionais da Comissão Europeia, deve-se concretizar um consenso na UE, tendo em conta os exemplos da Suécia, França e Finlândia, únicos países da UE eficientes a diminuir as suas emissões e a mantê-las a um nível reduzido, com um preço competitivo da sua energia, através do mix nuclear mais renováveis.

7. A visão do CHEGA:

Para o Partido CHEGA, a solução passa pela implementação do referido mix nuclear e renováveis. Esta para além de contribuir para a independência energética, é segura e não prejudica o quadro das políticas europeias de descarbonização e de transição energética.

Em conclusão, a guerra na Ucrânia, no que ao setor energético diz respeito, veio aumentar a necessidade de se definirem ações adequadas e robustas na Europa e, por consequência, em Portugal, no sentido de se assegurar o abastecimento, assim como permitir uma maior acessibilidade ao nível dos preços de energia, enquadrado por uma transição energética compatível com o desejado e necessário crescimento económico sustentado do nosso país.

*Os Subscritores,
20 de janeiro de 2023*